

Violência contra mulheres gera prejuízo bilionário, diz economista em audiência no Senado

A violência contra a mulher gera um prejuízo de pelo menos R\$ 975 milhões por ano, concluiu um estudo apresentado nesta quarta-feira (5) pelo economista José Raimundo Carvalho, professor da Universidade Federal do Ceará. Ele participou de audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir os reflexos da crise da segurança pública sobre as contas do país.

(Agência Senado, 05/09/2018 - [acesse no site de origem](#))

Os dados expostos pelo economista levam em conta apenas o prejuízo provocado pelo chamado absenteísmo — as faltas ao trabalho por mulheres vítimas de violência. O economista analisou informações reunidas na Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (PCSVDF Mulher).

De acordo com o estudo, 12,5% das mulheres empregadas nas capitais nordestinas sofreram algum tipo de violência doméstica nos últimos 12 meses. Do total de vítimas, 25% disseram ter perdido ao menos um dia de trabalho por conta das agressões. Para José Raimundo Carvalho, a violência doméstica pode ser interpretada “como um choque negativo no capital humano da mulher”.

— Você deprecia a mulher como trabalhadora. A violência doméstica produz impactos negativos na capacidade de essas vítimas atuarem de maneira produtiva e plena no mercado de trabalho. Todos esses efeitos custam muito caro não somente para as mulheres vítimas, mas para a economia do país, com reflexos tanto no setor público quanto no privado — argumenta.

Rota dos homicídios

Carvalho analisou ainda dados sobre homicídios nas regiões Norte e Nordeste. Ele chamou a atenção para os indicadores do Ceará. Entre 2005 e 2015, a taxa de assassinatos por 100 mil habitantes cresceu 126,39% no estado — a maior alta registrada no país.

O professor alerta para uma mudança no “padrão criminal” das duas regiões, provocada pelo narcotráfico. Ele destaca que criminosos usam afluentes do rio Solimões, na Região Norte, para internalizar drogas no Brasil e alguns estados do Nordeste para distribuir os entorpecentes para outros países.

— O grande problema não está necessariamente na desigualdade e na pobreza, mas sim na luta pelo domínio territorial de entrada e saída de drogas. A rota Solimões sai espalhando a crise homicida em vários estados do Norte e desemboca em locais que vão mandar essa droga para Europa e norte da África: Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco — afirma.

Ele criticou os governos estaduais por, segundo ele, demorarem para reagir à presença de facções criminosas. O economista afirma que os gestores preferem usar “argumentos falaciosos” para explicar a crise de segurança pública, em vez de atacar a causa real do

problema.

— Em 2010, estava claro que o Primeiro Comando da Capital [PCC] já estava nesses estados. Também estava claro que haviam surgido gangues locais. Estava claro que a Família do Norte [FDN] estava agindo de maneira selvagem para enriquecer, como enriqueceu, simplesmente garantindo a rota do tráfico — afirmou.

Parcerias privadas

A audiência da CAE contou ainda com o economista Leandro Piquet, professor da Universidade de São Paulo (USP). Ele defendeu a formatação de parcerias privadas de interesse público para atuar na área da segurança.

— São empresas que cooperam para resolver algum problema público, e o Estado entra como garantidor dessas ações e se compromete a escalar essas soluções se elas forem viáveis. Mas o dinheiro viria de um fundo privado. Os investidores podem acompanhar diretamente a execução de projetos específicos, com uma estrutura de agentes verificadores independentes — explica.

Piquet citou como exemplo a indústria tabagista. De acordo com o Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), 48% dos cigarros vendidos no Brasil são falsificados. Os dados são de 2017. Uma parceria privada de interesse público, segundo o professor da USP, poderia contribuir para reduzir o problema.

— É possível fazer um sistema de marcação das embalagens e rastreamento do cigarro, que é a principal fonte das receitas das milícias do Rio de Janeiro. Elas tiram de circulação os cigarros legais para monopolizar a venda dos ilegais. Mas por que essas soluções não são implementadas? Porque não existe um sistema de governança que garanta o acompanhamento de planos de ação — argumentou.

Avaliação de políticas públicas

A audiência desta quarta-feira foi a primeira de uma série que avalia as políticas públicas do Poder Executivo fiscalizadas pela CAE. O debate se deu por requerimento dos senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE), Armando Monteiro (PTB-PE) e Dalirio Beber (PSDB-SC).

ONU alerta para os custos da violência contra as mulheres no mundo

Neste dia 25 de maio - Dia Laranja Pelo Fim da Violência contra as Mulheres-, as Nações Unidas reforçam seu apelo à mobilização de recursos para acabar com a violência contra mulheres e meninas e para o imenso custo dessa violência de gênero. Estima-se que o custo da violência contra as mulheres represente 2% do produto interno bruto global, ou cerca de 1,5 trilhões de dólares.

[\(ONU Mulheres - 24/05/2017 - acesse no site de origem\)](#)

“A violência contra as mulheres é uma manifestação perversa fruto da discriminação e da desigualdade de gênero. Para além das consequências humanas imensuráveis que ela traz, tal violência impacta em elevados custos para os serviços de atendimento -incluindo a saúde, a segurança e a justiça. Investir na prevenção e na erradicação da violência contra as mulheres e meninas é muito menos custoso do que tem nos custado a falta de ação”, diz Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres.

O enfrentamento à violência contra mulheres e meninas continua apresentando desafios para o Brasil, ilustrados em dados e pesquisas sobre o tema. 40% das mulheres brasileiras já sofreram de violência doméstica em algum momento de sua vida. De acordo com pesquisa nacional de percepção, 66% dos brasileiros presenciaram uma mulher sendo agredida fisicamente ou verbalmente em 2016. . Em 2014, foram mais de 45 mil estupros cometidos no Brasil. A cada duas horas uma mulher é assassinada no país, a maioria por homens com os quais têm relações afetivas. O que coloca o Brasil na 5ª posição em um ranking de 83 países em assassinato de mulheres.

O custo da violência contra as mulheres

- O custo da violência contra as mulheres pode chegar a 2% do PIB mundial. O que equivale a 1.5 trilhões de dólares -aproximadamente a economia do Canadá.
- Em Uganda, o custo anual com funcionárias/os que tratam mulheres vítimas de violência doméstica é de 1.2 milhões de dólares.
- O custo anual da violência contra as mulheres para a Justiça no Marrocos é de 6.7 milhões de dólares.
- Na Nova Guiné, empregadas do setor privado perdem 11 dias de trabalho ao ano como resultado da violência de gênero.
- O Peru perdeu mais de 70 milhões de dias trabalhados devido à violência doméstica e familiar.
- 20% das mulheres no Camboja que foram vítimas de violência doméstica relatam que faltaram ao trabalho e seus filhos faltaram à escola.
- No Vietnã, o custo direto da violência doméstica representa 21% das despesas mensais das mulheres; e vítimas da violência doméstica ganham 35% menos do que mulheres que não sofreram este tipo de violência.
- O custo anual da violência cometida por parceiros íntimos das mulheres é de 5.8 bilhões de dólares para os Estados Unidos e de 1.6 bilhões de dólares para o Canadá. Na Inglaterra e no País de Gales o custo da violência doméstica soma 32.9 bilhões de dólares.

Agenda 2030 Rumo à Igualdade de Gênero – A Agenda 2030 reconhece a violência de gênero como uma barreira ao desenvolvimento. Os compromissos assumidos pelos Estados-Membros nesta Agenda desafiam os governos e a comunidade internacional a garantir financiamento e serviços adequados para vítimas de violência e a implementar mecanismos de prevenção para impedir que a violência contra mulheres e meninas aconteça em primeiro lugar.

Evidências disponíveis mostram o imenso custo da violência contra mulheres e meninas em todo o mundo. E, paralelamente, também há iniciativas que ilustram como investimentos de pequena escala, quando oportunos e bem direcionados, podem trazer enormes benefícios para

mulheres e meninas e para suas comunidades.

Prevenção no Brasil - Estudos sobre o custo da violência indicam que a prevenção precoce custa imensamente menos do que a intervenção em estágios avançados de crise. Revelam ainda que investir em detectar e prevenir a violência contra as mulheres poupará recursos consideráveis no futuro.

O Governo do Espírito Santo tem olhado para a prevenção como uma das principais formas de enfrentar as violências estruturais. O Estado ocupa o 2o lugar em assassinato de mulheres no país.

Em 2016, a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado iniciou em parceria com a ONU Mulheres a capacitação de 43 professores e gestores da rede pública de ensino para implementação do currículo O Valente não é Violento nas escolas. A parceria visa avançar na prevenção da violência contra mulheres e meninas por meio da educação formal sobre igualdade de gênero. Uma segunda etapa do projeto inclui a realização de um piloto com 50 escolas da rede pública, a fim de reduzir os índices de violência contra meninas, incluindo a violência sexual, o abuso, a gravidez na adolescência e o casamento infantil.

O currículo O Valente não é Violento foi elaborado com o intuito de desafiar estereótipos de gênero que levam à violência, tais como a correlação entre masculinidade e violência, a diferenciação entre meninas e meninos no aprendizado nas Ciências Exatas e nas práticas esportivas, a divisão desigual nas tarefas domésticas e em espaços de poder, entre outros temas.

“Entendo que a Educação é a porta de entrada para o diálogo com os jovens e adolescentes por estar ligada diretamente à reprodução de ideais e valores. É de suma importância que a Educação esteja atenta aos processos sociais, culturais e políticos da sociedade, e que se discuta essas mudanças e transformações na escola. Pois, é a partir da escola que podemos difundir ideias e valores para o fim da cultura machista, sexista, misógina, e, assim, combater a violência contra as mulheres”, diz a Subsecretária de Políticas para as Mulheres do Espírito Santo, Helena Soares Pacheco.

A parceria com a ONU Mulheres se insere na implementação do Programa de Enfrentamento à Violência contra as mulheres no Espírito Santo - Brasil, cujo objetivo é diminuir o seu número de homicídios.

Dia Laranja - Todo dia 25 do mês é um Dia Laranja pelo Fim da Violência contra as Mulheres. A data conclamada pelas Nações Unidas no marco da Campanha UNA-SE busca ampliar o calendário celebrado no dia 25 de novembro - Dia Internacional pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Trata-se de um dia para dar visibilidade ao tema, mobilizar o compromisso e exigir as condições para que mulheres e meninas possam viver uma vida livre de violência.

No Dia Laranja, as Nações Unidas convidam a sociedade civil, os governos e outras/os parceiros a se mobilizarem em apoio à causa.

Em 2017, o Dia Laranja adota o lema “Não deixe ninguém para trás: acabe com a violência contra as mulheres e as meninas”, que se soma aos desafios da Agenda 2030, compromisso assumido pelos Estados-Membros das Nações Unidas pela promoção da igualdade e o desenvolvimento social em todos os níveis e para todas as pessoas.

Saiba mais:

- Publicação [Why Money Matters in Efforts to End Violence Against Women and Girls](#), ONU Mulheres, 2016.
- Relatório [Donor Support to Southern Women's Rights Organizations](#), OECD-DAC GENDERNET, 2016.
- Estudo [The Costs of Violence. Understanding the Costs of Violence Against Women and Girls and its response: selected findings and lessons learned from Asia and the Pacific](#). ONU Mulheres, 2013.
- Pesquisa [The Status of Financing for Women's Rights Organizing and Gender Equality](#), AWID e OECD-DAC, 2011.

Notas:

[1] A definição de violência contra as mulheres desenvolvida pelas Nações Unidas na Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres é de que o termo significa qualquer ato de violência baseada em gênero que resulte em, ou possa resultar em, danos físicos, sexuais, psicológicos ou em sofrimento para as mulheres (...). Nações Unidas, 1993. Disponível em: <https://documents-dds.ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/095/05/PDF/N9409505.pdf?OpenElement>.

[2] ONU Mulheres. Why Money Matters in Efforts to End Violence Against Women and Girls. 2016. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2016/11/why-money-matters-in-efforts-to-evaw>.

[3] Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Anuário das Mulheres Brasileiras, 2011. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/anuario/anuarioMulheresBrasileiras2011.pdf>.

[4] Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil, 2017. Disponível em:

<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil>.

[5] Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2016. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/10o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica>.

[6] Flacso Brasil. Mapa da Violência, 2015. Disponível em:

http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf.

[7] Nações Unidas. The Economic Costs of Violence Against Women: An Evaluation of the Literature. 2005. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/vaw/expert%20brief%20costs.pdf>.

[8] Flacso Brasil. Mapa da Violência, 2015. Disponível em:

http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf.